

Corte de 10% elevará a economia a 4,3 trilhões

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O corte de 10% nas despesas do orçamento fiscal deste ano representará uma economia de Cr\$ 1,7 trilhão, que, juntamente com os Cr\$ 2,6 trilhões correspondentes ao corte de 15% determinado em dezembro do ano passado pelo governo anterior, promoverá uma economia de Cr\$ 4,3 trilhões, os quais poderão, pelo menos parcialmente, ser esterilizados, constituindo-se, no final do exercício financeiro, em superávit fiscal. O corte afetará as despesas de capital e o item "outros custeios".

A informação foi dada, ontem, pelo novo secretário da SOF — Secretaria de Orçamento e Finanças — Teófilo de Oliveira, em entrevista à imprensa. Oliveira destacou que estão fora do corte as despesas com pessoal, os encargos financeiros da União e as transferências para Estados e municípios.

INFLAÇÃO

O secretário de coordenação econômica da Seplan, Francisco Luna, informou que o governo não cogita, no momento, de reexaminar o índice de inflação — de 210% — que serviu de referência para a montagem do orçamento fiscal do corrente ano. Segundo Luna, a partir da eficácia das medidas adotadas no início da semana, o governo espera uma reversão do processo inflacionário, que será acompanhada, para efeito de definir, mais tarde, se haverá necessidade de alteração do parâmetro inflacionário.

O secretário da SOF esclareceu que a decisão sobre a incidência do corte de 10% na despesa orçamentária será tomada por todos os ministros. Ao ministro caberá definir onde haverá o corte. Posteriormente, con-

sideradas as necessidades indispensáveis, poderão ser descongelados alguns recursos, mediante exame a ser feito pela Seplan, em face da solicitação dos interessados.

IPLAN

Francisco Luna defendeu a necessidade de reativação do Iplan — Instituto de Planejamento — órgão da Seplan, o qual, segundo ele, atuará, daqui por diante, como articulador das ações dos diversos órgãos da

Seplan que trabalham nas áreas de orçamento, como a SOF (orçamento fiscal) e a Sest (orçamento das empresas estatais).

Trata-se, conforme assinalou Luna, de utilizar o planejamento como instrumento de ação efetiva, de modo a garantir uma perfeita coordenação entre os órgãos decisórios, evitando-se, dessa forma, superposição de decisões ou mesmo decisões conflitantes, onerosas para o setor público.

A revitalização do Iplan, aliás, foi objeto de uma recomendação do próprio ministro do Planejamento, João Sayad, que, no ato de posse dos novos dirigentes do Instituto, afirmou que "muitas das decisões do Planejamento, como a alocação de recursos e os orçamentos, têm sido tomadas sem ouvir os quadros dessas casas. Agora — observou — veremos que isso se altere".

Sayad disse que a Seplan fará um esforço para dividir racionalmente as tarefas de pensar o problema sócio-econômico, acrescentando que "precisamos de respostas rápidas para reagir com rapidez aos problemas do País". Considerou fundamental "valorizar e revalorizar o papel dos técnicos, dos quais se espera ampla participação".

BID

Ontem, o ministro João Sayad recebeu, para uma visita de cortesia, o representante do BID no Brasil, William Ellis; uma comissão de funcionários do Sulbrasileiro e uma delegação do PMDB de Santa Catarina, tendo à frente o presidente do diretório estadual, Pedro Ivo. Ele recebeu também o secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, Jorge Wilhelm, e despachou com o chefe da Casa Civil, José Hugo Castelo Branco, no Palácio do Planalto.